

# Mais\*

## GOVERNO DO ESTADO ADMITE QUE A OBRA DE CONSTRUÇÃO DO VLT DO SUBÚRBIO ESTÁ ATRASADA

ARISSON MARINHO

**Gil Santos**

REPORTAGEM

gilvan.santos@redebahia.com.br

O valor do contrato para a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que vai substituir os antigos trens do subúrbio de Salvador, foi reajustado pelo governo do estado. Segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedur), o documento assinado com a concessionária Skyrail Bahia para a implantação e operação da fase 1 do sistema foi de R\$ 2,8 bilhões, quase o dobro do que havia sido divulgado, mas foi necessário um novo reajuste porque a empresa vai operar também a fase 2. A conta agora está em R\$ 5,2 bilhões.

Em janeiro passado, a coluna Satélite do CORREIO, assinada pelo jornalista Jairo Costa Júnior, informou que havia um pedido de aditivo de mais de R\$ 1 bilhão feito pelo consórcio chinês. A nota dizia que o governo não estava disposto a autorizar e cogitava romper o contrato, mas não sabia como fazer sem ficar vulnerável à legislação. O governo enviou nota de esclarecimento na qual classificava a notícia como "inverídica", no entanto, admitiu que não aceitaria elevar o investimento e que estava concentrando esforços para sanar problemas que levaram ao atraso da obra.

O contrato é uma Parceria Público-Privada (PPP). Vereadores e entidades de classe dizem que as informações sobre a obra não estão claras e acusam o governo de falta de transparência. Houve mudança também no modelo que será implantado, o veículo não será mais sobre trilhos, o prazo de concessão foi ampliado e não foi divulgado o cronograma de execução das obras. Especialistas e usuários criticaram as medidas.

Essas informações foram divulgadas na segunda audiência pública realizada pelos vereadores de Salvador para discutir o assunto. A primeira aconteceu em fevereiro, mas o governo do estado não compareceu. Um ofício foi enca-



A desativação dos trens ocorreu há pouco mais de um ano e desagradou os moradores do Subúrbio

## VLT do Subúrbio vai custar R\$ 5,2 bilhões

minhado para a Sedur solicitando esclarecimentos e um novo encontro foi marcado para ontem. Mais uma vez o governo não mandou representante, mas enviou uma resposta aos vereadores.

O documento, assinado pelo secretário Eures Ribeiro, afirma que o contrato foi celebrado com a Skyrail Bahia, vencedora da licitação, com valor de R\$ 2,8 bilhões. O governo tinha divulgado na época da contratação, em 2019, que o montante seria de R\$ 1,5 bilhão, e que a empresa ficaria responsável por operar 19 km do VLT, a chamada fase 1 do sistema. Estava previsto aporte de R\$ 100 milhões dos cofres públicos.

Em fevereiro de 2020, um aditivo foi assinado entre o estado e a empresa para que a concessionária operasse também a fase 2 do sistema. Segundo o documento enviado para a audiência, a fase 2 corresponde à realização de estudos para futura implantação do trecho de uma linha sobre trilhos de integração do VLT com

**Governo do estado diz que contrato com consórcio chinês foi ampliado**

**21** estações e 19,2 km de extensão será a estrutura fase. O projeto vai ligar o bairro do Comércio e o Subúrbio Ferroviário à Ilha de São João. A fase 2 terá mais cinco estações e 4,08 km de extensão

a Linha 1 do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas. A Skyrail ficou responsável, então, por implantar e operar mais esse trecho.

"Em razão das alterações procedidas por meio do referido termo aditivo, o prazo original do contrato foi acrescido em 15 anos e o valor do ajuste foi alterado para R\$ 5.262.680.725,33 (R\$ 5,2 bilhões), tendo ficado pactuado, ainda, o aporte de recursos no valor de R\$ 290 milhões, a serem pagos segundo cronograma de eventos da fase 2, em adição aos R\$ 100 milhões previstos a título de aporte de recurso para a Fase 1 da redação original do contrato", diz o documento.

### TRANSPARÊNCIA

De acordo com essas informações, a contribuição pública saltou de R\$ 100 milhões para R\$ 390 milhões na implantação do VLT, além de mais R\$ 152 milhões previstos após o início da operação do sistema. Para o vereador Cláudio

Tinoco (União Brasil), proponente da audiência, não está claro se a Skyrail vai arcar sozinha com os cerca de R\$ 4,5 bilhões restantes ou se haverá outras contribuições públicas. "Na primeira audiência, as informações que tínhamos era de que o valor desse contrato era de R\$ 1,5 bilhão e a gente verifica nessa resposta que o contrato original trazia o valor de R\$ 2,8 bilhões. Já houve um aditivo um ano antes do início das obras, ou seja, em fevereiro de 2020, com aumento de 83% no valor desse contrato e ampliando em 300% o valor da participação do governo do estado", afirmou.

As obras do VLT foram iniciadas em fevereiro de 2021. A Sedur afirma que o prazo de conclusão é de dois anos e três meses, mas admite na que a construção está atrasada. A nota cita quatro etapas, mas não apresenta os prazos. Os vereadores criticaram também o cálculo que está sendo usado para avaliar a capacidade do sistema, serão 600 pessoas por vagão, ou seja, seis passageiros por metro quadrado. "Essa é a mesma média que fazemos no Carnaval. A experiência dentro do vagão será a mesma de estar no circuito no momento em que o trio está passando, um aperto", afirmou Tinoco.

A fase 1 do projeto vai ligar o bairro do Comércio e o Subúrbio Ferroviário à Ilha de São João, em Simões Filho. Serão 21 estações e 19,2 km de extensão. A fase 2 terá mais cinco estações, 4,08 km e vai alcançar a estação de metrô do Acesso Norte. A capacidade será para 172 mil passageiros por dia.

O vereador Orlando Palhinha (DEM) disse que o principal problema é a falta de transparência. "Os trens foram desativados há mais de um ano, um transporte alternativo não foi colocado para marisqueiras, pescadores e ambulantes que usavam o trem a R\$ 0,50. Eles [governo] fizeram mudanças no contrato com dinheiro público e queremos que expliquem porque uma obra de R\$ 1,5 bilhão foi para R\$ 5,2 bilhões. Onde está a clareza? O governo tem que vir para o debate", afirmou.

## Urbanista diz que monotrilha vai gerar congestionamentos

O auditório do Centro Cultural da Câmara Municipal de Salvador, onde a audiência pública foi realizada, ficou movimentado com a presença de diversas lideranças. Elas se alternaram na tribuna e listaram o abandono das máquinas, o avanço do mato e da ferrugem, e as dificuldades da população que foi obrigada a trocar o trem pela passagem de ônibus. Um dos pontos levantados é que o VLT que está

sendo construído é um monotrilha, ou seja, vai transitar por uma estrutura elevada por vigas de concreto ou aço, e usando pneus.

Para os especialistas, além de descaracterizar o Subúrbio, essa alteração terá reflexos na economia e no trânsito. Uma das observações é que a vida útil é menor que a dos veículos que trafegam sobre trilhos. O arquiteto e urbanista apoiador técnico

do Movimento Trem de Ferro/Ver de Trem, Carl Hauenchild, foi um dos convidados da audiência e disse que era preciso avaliar melhor as consequências.

"Essa mudança de trilha para elevados, pensando no transporte coletivo, vai interferir na capacidade de desenvolvimento econômico da cidade. O transporte sobre trilhos é fundamental para a economia e para o tu-

rismo, e esse modelo proposto impossibilita a criação de um trem regional para a Bahia, além de gerar congestionamentos nas regiões das estações no horário de rush", disse.

Os problemas apontados na audiência pública não são novidades. Segundo o representante do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o servidor Heinz Ulrich Ruther, a maioria das questões levantadas

foram apontadas em uma auditoria feita pelo órgão.

A Sedur informou, em nota, que durante a etapa de implantação, o Estado irá aportar R\$ 390 milhões. O resto do valor da implantação, cerca de R\$ 2,1 bilhões, será aportado pela concessionária. A partir da operação, o estado pagará a Contraprestação anual de R\$ 153 milhões até o final da concessão.